

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA POLÍTICA
DE ADAM FERGUSON



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

ALEXANDRE DA SILVA SIMÕES – CARLOS RAUL ETULAIN
CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO – DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN
IARA BELELI – IARA LIS SCHIAVINATTO – MARCO AURÉLIO CREMASCO
PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

EVELINE CAMPOS HAUCK

*Introdução
à filosofia política
de Adam Ferguson*

Progresso e declínio

EDITORA
UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

H291i Hauck, Eveline Campos
Introdução à filosofia política de Adam Ferguson : progresso e declínio /
Eveline Campos Hauck. – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2022.

1. Ferguson, Adam, 1723-1816. 2. Ciência política – Filosofia. 3. Desenvolvimento social.

CDD – 192
– 320.01
– 307.14

ISBN 978-85-268-1567-4

Copyright © Eveline Campos Hauck
Copyright © 2022 by Editora da Unicamp

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade da autora e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

Para a Lúcia e para o Márcio

Para o Fernão

Não é a sorte que domina o mundo. Podemos perguntá-lo aos romanos, que tiveram uma sucessão contínua de situações ditosas, enquanto se governaram em um certo plano, e uma sucessão ininterrupta de reveses, quando se conduziram com base em outro. Existem causas gerais, sejam morais, sejam físicas, que atuam em cada monarquia, elevam-na, sustentam-na ou lhe impõem a derrocada; todos os acidentes estão sujeitos a essas causas. Quando o acaso de uma batalha, isto é, uma causa particular, destrói um Estado, é porque havia uma causa geral que fazia com que esse Estado devesse perecer em uma única batalha. Em uma palavra, o rumo principal arrasta consigo todos os acidentes particulares.

(Montesquieu, *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 Filosofia moral.....	23
1.1. Pneumática ou história física da mente.....	24
1.2. Filosofia moral propriamente dita.....	31
1.3. A lei de moralidade e suas aplicações.....	45
1.4. Da virtude individual para a virtude em sociedade: a nação feliz.....	49
2 História natural da sociedade.....	53
2.1. Dois tipos de história.....	54
2.2. História natural contra história hipotética de Rousseau.....	61
2.3. A questão da fonte ou a história factual.....	67
2.4. A história da sociedade como história da espécie.....	73
2.5. O progresso da espécie.....	81
2.6. Teoria dos estágios: selvagem, bárbaro e polido.....	87
2.7. As nações rudes.....	98
2.8. A sociedade civil.....	104
3 Filosofia política.....	115
3.1. História e filosofia.....	117
3.2. Progresso e virtude.....	127
3.3. Corrupção e declínio.....	134
3.4. A história de Roma.....	146
3.5. As nações comerciais modernas.....	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	199

INTRODUÇÃO

O público brasileiro já está razoavelmente familiarizado com o nome de David Hume e sobretudo com o de Adam Smith, porém outros filósofos do Iluminismo Escocês são ainda bastante desconhecidos. Traduções e estudos das obras de John Millar, Dugald Stewart e Adam Ferguson,¹ para citar apenas alguns exemplos, praticamente não estão disponíveis no país. Ciente dessa falta, este trabalho, embora trate da filosofia política de Ferguson, procura apresentar o autor como uma figura importante do Iluminismo Escocês, mais precisamente como alguém preocupado com as principais questões que animaram o debate filosófico do século XVIII.

É um lugar-comum, entre os intérpretes de Adam Ferguson (1723-1816), iniciar qualquer estudo sobre o autor apresentando sua biografia. Esse esforço parece ter duas funções. Na maioria dos casos, busca-se não apenas apresentar um autor de modo geral desconhecido, inclusive do público versado na filosofia do século XVIII, como também mostrar sua importância no grupo intelectual do qual fez parte, denominado pelo termo hoje corrente de “Iluminismo Escocês”.² Em casos minoritários, ainda assim relevantes, recorre-se

¹ Em 2019, foram publicadas as traduções do *Ensaio sobre a história da sociedade civil* e das *Instituições de filosofia moral* de Adam Ferguson pela Editora Unesp. Cf. Ferguson, 2019. Todas as citações do *Ensaio* e das *Instituições* neste livro foram retiradas dessa edição; quando não mencionada, a referência é ao *Ensaio*.

² Para um estudo sobre o Iluminismo Escocês, cf. Trevor-Roper, 1967, pp. 1.635-1.658 e Phillipson, 1981.

à origem de Ferguson nas Terras Altas (*Highlands*) da Escócia para tentar explicar sua predileção pelas virtudes marciais, sobretudo a coragem e o heroísmo, em detrimento da moderação e do refinamento, mais ao gosto da *intelligentsia* das Terras Baixas (*Lowlands*).

O fato é que Ferguson gozou de muito prestígio no período de sua vida, foi professor na Universidade de Edimburgo – assumindo inicialmente a cadeira de filosofia natural, posteriormente a de pneumática e filosofia moral –, publicou diversas obras, traduzidas para vários idiomas e lidas nos círculos intelectuais da Europa; depois, já no século XIX, parece ter perdido esse prestígio, sendo relegado à posição de *puzzle* em meio a figuras proeminentes como David Hume e Adam Smith.

A filosofia de Ferguson está inserida na discussão, cara ao século XVIII, sobre o desenvolvimento do comércio e suas consequências tanto econômicas quanto políticas para os Estados modernos, em especial para a Inglaterra e para a França. Istvan Hont e Michael Ignatieff,³ em um estudo consagrado sobre a formação da economia política no Iluminismo Escocês, colocaram o debate em termos de “riqueza” e “virtude”. Smith, figura central desse debate para os autores, mostra, principalmente em *A riqueza das nações* (1776), como as sociedades comerciais produziram uma enorme riqueza (luxo) e, ao mesmo tempo, uma enorme desigualdade. Em linhas muito gerais, para Smith, esse paradoxo, ainda que insolúvel, daria razão à Modernidade: equacionando os termos, percebemos que a grande riqueza produzida termina por ser distribuída, embora muito parcialmente, para os mais pobres, que, a partir de seu trabalho, conseguem suprir suas necessidades mais básicas muito melhor do que os homens em qualquer outro estágio do progresso da sociedade. Nas sociedades primitivas, a igualdade só podia ser

³ Hont & Ignatieff, 1983.

concebida como “igualdade de pobreza”, enquanto, nas sociedades comerciais, a desigualdade da riqueza poderia gratificar até mesmo os estratos mais pobres.⁴ Embora Smith não possa ser considerado um otimista irrestrito⁵ quanto ao progresso social, é evidente sua visão positiva da maneira como o comércio e a riqueza contribuíram para o aperfeiçoamento geral das nações modernas, inclusive em termos institucionais e políticos.

Porém, antes de Smith, foi Rousseau quem discutiu o problema da riqueza e da virtude nas sociedades comerciais modernas. No *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1754), o genebrino analisa de que forma o progresso social produziu uma enorme desigualdade moral ou política. Essa desigualdade está amparada em outras desigualdades decorrentes do surgimento da sociedade e da propriedade privada:

da extrema desigualdade das condições e das fortunas, da diversidade das paixões e dos talentos, das artes inúteis, das artes perniciosas, das ciências frívolas, sairiam multidões de preconceitos, igualmente contrários à razão, à felicidade e à virtude.⁶

Ora, Rousseau aponta que, diferentemente do que Smith veio a escrever anos depois, a igualdade e a simplicidade das sociedades primitivas eram muito mais favoráveis à virtude e à felicidade do gênero humano do que a desigualdade e o luxo dos Estados comerciais da Modernidade.

Ferguson, em *Ensaio sobre a história da sociedade civil* (1767), toma parte na discussão, rejeitando as duas posições apresentadas

⁴ *Idem*, p. 3.

⁵ Winch (1978, p. 71) critica aqueles que rotulam Smith de “celebrante otimista do progresso social”.

⁶ Rousseau, 2002, p. 239.

anteriormente. Para ele, ao contrário de Smith, a desigualdade não se apresenta como um paradoxo, já que a distinção, mesmo a de propriedade, é desejável nas monarquias. Na verdade, a questão central para Ferguson é como a divisão do trabalho, responsável pela grande produção de riqueza e pelo comércio na Modernidade, pode engendrar um problema moral e político, ou melhor, pode resultar em corrupção e declínio das nações. O fato é que a divisão das profissões alcança os departamentos de política e de guerra, criando cargos meramente burocráticos para funções que deveriam ser exercidas por cidadãos preocupados em defender, por si mesmos, sua liberdade e a de seu país.

Se lermos o *Ensaio* na chave do debate sobre a riqueza e a virtude no progresso da sociedade, a preocupação de Ferguson com a corrupção moral e o declínio das nações o inclinaria para o lado da virtude. Nesse sentido, o autor estaria ainda comprometido com as formas tradicionais de pensar a política, sobretudo com o humanismo cívico,⁷ ao contrário da discussão “moderna”, baseada na economia política, empreendida por Smith – mas também por Hume –, para quem “as sociedades deveriam ser comparadas com base na segurança com que fundamentaram os direitos de propriedade e na adequação com que satisfizeram as necessidades de seus trabalhadores”.⁸ No entanto, Ferguson está muito longe do discurso rousseauísta de censura à Modernidade, ao comércio e ao luxo, em prol do modo de vida

⁷ Entendemos o humanismo cívico, ou simplesmente a tradição cívica, no sentido que Pocock (1975, p. 462) dá a ele: “a combinação do pensamento aristotélico e maquiaveliano a respeito do *zoon politikon*”.

⁸ “O compromisso central do discurso cívico [...] era com a ‘virtude’, com o ativismo político da elite proprietária, enquanto o comprometimento de Hume e Smith era com a justiça. No discurso cívico, as sociedades da Europa foram comparadas a partir de suas formas de governo e do grau de liberdade política que concediam para a nação política. Na análise smithiana e humiana, as sociedades deveriam ser comparadas com base na segurança com que fundamentaram os direitos de propriedade e na adequação com que satisfizeram as necessidades de seus trabalhadores” (Hont & Ignatieff, 1983, pp. 6-7).

rústico dos povos primitivos ou do modelo republicano das nações da Antiguidade. Ora, Ferguson tem uma perspectiva particular acerca das sociedades modernas, que, embora dialogue diretamente com seus contemporâneos, expressa uma posição original sobre o comércio, cujo avanço parece criar um paradoxo diferente daquele apontado por Smith, um paradoxo que é, na verdade, “do progresso e do declínio”.⁹

Nossa intenção neste trabalho é mostrar como Ferguson constrói sua filosofia política no *Ensaio* tendo em vista a avaliação do progresso e do declínio das sociedades comerciais modernas; e essa avaliação é feita, sobretudo, em termos morais e políticos. Como afirma David Kettler, “o pensamento de Ferguson sobre a sociedade só pode ser completamente compreendido à luz da sua concepção de virtude”.¹⁰ Ademais, há ainda que considerar, como o próprio Kettler indica, a separação que Ferguson faz entre – no que concerne às leis da natureza humana – lei física e lei moral; nos *Princípios de ciência moral e política* (1792), lemos que

uma lei física da natureza é uma expressão geral do que é uniforme ou comum na ordem das coisas e é endereçada aos poderes da percepção e da sagacidade. Uma lei moral da natureza é igualmente geral, porém uma expressão não de um fato, mas do que é bom, e é endereçada aos poderes da estima e da escolha.¹¹

Ora, esse desdobramento epistemológico permite ao autor, a um só tempo, investigar empiricamente o homem e a sociedade, a partir das influências recebidas de Bacon e Newton, além de seus contemporâneos Hume, Buffon e Smith, e estabelecer uma filosofia moral normativa, próxima à tradição antiga e preocupada com o

⁹ Waszek, 2014, p. 58.

¹⁰ Kettler, 1965, p. 187.

¹¹ Ferguson, 1792, vol. I, p. 159.

estabelecimento de regras de conduta para o homem. “Essa dupla perspectiva”, segundo Norbert Waszek, “é de fato necessária se quisermos fazer justiça à obra de Ferguson no seu conjunto”.¹²

Abordaremos a filosofia política fergusoniana como expressão desses dois vieses. Para tanto, analisaremos, em primeiro lugar, a filosofia moral do autor, mostrando sua inspiração na tradição estoico-ciceroniana, com uma concepção de virtude que exclui os objetos externos, como a riqueza, nas suas considerações sobre a felicidade. Mais ainda, Ferguson considera como virtude principal (além das virtudes assinaladas pela tradição clássica) a probidade, a benevolência ou o amor ao gênero humano; quer dizer, trata-se de uma virtude que aponta para uma existência em comum com outros homens, para uma vida política. Em um segundo momento, dedicar-nos-emos à investigação que Ferguson faz da sociedade, através da elaboração de uma história natural da sociedade civil. Essa é a história do progresso da sociedade (tomada em sentido indiciário), que acomoda uma teoria dos estágios de seu desenvolvimento, desde os primórdios rudes, com os selvagens, até as formas mais polidas, a sociedade civil propriamente dita. Por fim, abordaremos a filosofia política, a qual consideramos uma espécie de síntese dos dois momentos anteriores, pois discute o progresso e o declínio das nações, tendo em vista a investigação da sociedade e uma concepção de declínio baseada na corrupção moral dos indivíduos. A divisão em três partes que propomos neste livro reflete, propositadamente, o movimento característico do *Ensaio*, obra principal de Ferguson e basilar de sua ciência política. Nossa

¹² “Como já havia escrito Kames, um contemporâneo de Ferguson, depois da publicação do *Ensaio sobre a história da sociedade civil*: essa obra tem a perspectiva de retrazar a história e o desenvolvimento da sociedade, mas também, ao mesmo tempo, de desviar os homens de seu egoísmo e de restaurar essas paixões viris que são o heroísmo, a generosidade, e o amor de nossa espécie’. Essa dupla perspectiva é, de fato, necessária se quisermos fazer justiça à obra de Ferguson no seu conjunto” (Waszek, 2003, pp. 61-62).

inclinação para o *Ensaio* não significa excluir os demais trabalhos do autor; ao contrário, abordaremos a obra de Ferguson como um todo na medida em que auxilia e complementa nossa compreensão de seus argumentos e de sua filosofia de modo mais abrangente.

Como diz Duncan Forbes, “influências são fenômenos estranhos e complexos”.¹³ No nosso entendimento, Ferguson se favoreceu de variadas tradições e influências, seja do passado, como no caso das tradições estoico-ciceroniana, cívica e republicana, seja da Modernidade, de Montesquieu, Rousseau, Hume e Smith, para citar alguns nomes, alinhando-se a cada uma delas apenas parcialmente e na medida de seu interesse. Nesse sentido, procuramos fazer, ao longo de nosso trabalho, diversas relações entre o pensamento de Ferguson e o de muitos outros autores para mostrar como a filosofia fergusoniana estava inserida nos principais debates de sua época. Não por acaso, esse tema é objeto de muita controvérsia entre os intérpretes de Ferguson. Alguns desses comentadores, como David Kettler, Lisa Hill e Eugene Heath,¹⁴ veem na concepção de virtude política de Ferguson, sobretudo no seu aspecto cívico e ativo, uma derivação do estoicismo mais tardio, ou romano. Principalmente Heath, Merolle e Hill enfatizam o papel de Cícero na organização e divulgação do pensamento estoico e em sua influência sobre Ferguson. Outros, a começar por J. G. Pocock, acreditam que a concepção de virtude de Ferguson, principalmente pelo modo como foi trabalhada no *Ensaio* em termos de espírito nacional, está diretamente ligada à *virtù* de Maquiavel. Em seu extenso livro de 1975, *The Machiavellian Moment*, Pocock afirma que “o *Ensaio sobre a história da sociedade civil* de Adam Ferguson é talvez a investigação

¹³ Prefácio de Forbes, em *The Scottish Enlightenment and Hegel's account of 'Civil Society'*, de Waszek, 1988, p. xii.

¹⁴ Kettler, 1965; L. Hill, 2006; Heath, 2006.

escocesa mais maquiaveliana do tema”,¹⁵ referindo-se ao emprego da “linguagem da virtude e corrupção”, ou seja, “da linguagem do humanismo cívico”.¹⁶ Duncan Forbes¹⁷ também reitera a influência de Maquiavel quando diz que

qua um moralista maquiaveliano, Ferguson estava preocupado com a *virtù* de homens e nações, com espírito público e vigor nacional, com a falta deles, ou seja, com a corrupção, e com as formas e graus de corrupção em diferentes tipos de Estado e diferentes condições sociais.¹⁸

Por fim, há ainda aqueles que inserem a filosofia fergusoniana no rol da tradição republicana. Marco Geuna, para citar apenas um exemplo, afirma que

não há dúvida que seu pensamento [de Ferguson], especialmente em seu trabalho mais importante, o *Ensaio sobre a história da sociedade civil*, é caracterizado por um emprego sistemático de categorias pertencentes à tradição republicana de pensamento.¹⁹

Não há como negar a influência de Cícero sobre o pensamento moral e político de Ferguson, não só porque o autor o cita várias vezes ao longo de sua obra, mas igualmente porque o filósofo e orador romano, em seus textos de viés estoico, mitiga o caráter passivo da virtude, que pode ser encontrado principalmente no estoicismo grego, destacando seu âmbito político e ativo. No que concerne ao humanismo cívico e sobretudo a Maquiavel, é difícil determinar

¹⁵ Pocock, 1975, p. 499.

¹⁶ *Idem*, p. 498.

¹⁷ Forbes, 1966.

¹⁸ *Idem*, p. xxviii.

¹⁹ Geuna, 2002, p. 181.

seu grau de influência. Há apenas uma única referência a Maquiavel na obra de Ferguson, mais precisamente na *História do progresso e ruína da República Romana* (1783), ainda que seu vocabulário cívico e suas razões para a formação de milícias sejam muito próximos aos do Florentino e da tradição na qual seu pensamento está inserido.²⁰

É possível falar em republicanismo em Ferguson apenas na medida em que é um “discurso intelectual sobre a política” (muito próximo da tradição cívica) e não uma “causa política prática”,²¹ pois o autor, além de não atuar na defesa da república como forma de governo, considerava a monarquia uma forma legítima e não corrompida. Entretanto, é verdade que Ferguson, ainda que avalize a teoria das

²⁰ L. Hill (2006, p. 39), nesse mesmo sentido, afirma que “parece haver também muito de Maquiavel na filosofia de Ferguson e os estudiosos tendem a tomar por certa sua influência apesar da recusa mais ou menos completa de Ferguson em citá-lo, para não falar no simples reconhecimento de sua existência. O pensamento de Maquiavel deve ter chegado a Ferguson indiretamente. James Harrington popularizou o pensamento de Maquiavel e o trouxe para a atenção pública no século XVII. Mandeville (com quem Ferguson gasta muita energia) também transmitiu o pensamento de Maquiavel para o público britânico, enquanto Montesquieu (quem, afirma-se, tomou muita coisa de Maquiavel sem o devido reconhecimento) é uma outra possível fonte. Mas é também possível que muito da influência atribuída a Maquiavel venha do mesmo lugar em que Maquiavel a encontrou, ou seja, de Tácito, de Cícero e de outras autoridades clássicas”.

²¹ Segundo Robertson (1985, p. 11), “tanto os humanistas quanto Maquiavel do *Discorsi* foram ardentes defensores da forma de governo republicana contra a principesca; e esse comprometimento poderia bem ser expresso em princípios constitucionais cívicos. Foi sempre difícil conceber, em termos cívicos, como um único governante poderia ser impedido de se tornar arbitrário e despótico, dependendo, para sua segurança, de soldados mercenários. Ainda assim, republicanismo e tradição cívica não devem simplesmente ser tomados como sinônimos. O republicanismo foi uma causa política prática, em nenhum sentido dependente exclusivamente da tradição cívica para seu suporte intelectual. [...] A tradição cívica, por outro lado, foi um discurso intelectual sobre a política; e, em seus termos, não foi totalmente impossível – como Aristóteles havia indicado – considerar a monarquia como uma forma constitucional de governo, ou conceber – como o fez Maquiavel no *Il Principe* – um príncipe usando uma milícia para ganhar a obediência de seus súditos-cidadãos”.

formas de governo de Montesquieu, sobrepõe princípios da república à monarquia. É o caso de sua defesa de uma preeminência baseada sobretudo em talentos e virtudes pessoais (não exclusivamente em nascimento, título e propriedade, como é típico numa monarquia). Mas é principalmente a consideração negativa que nosso autor tem da moderação, como uma espécie de virtude das monarquias, que o coloca mais próximo da tradição republicana. Para Montesquieu e para Hume, principalmente nas monarquias modernas, o comércio engendrava um espírito de moderação salutar para as maneiras e para as instituições, garantindo a estabilidade política necessária para a paz e a justiça e proporcionando novas formas de relacionamento entre os indivíduos. Ferguson, ao contrário, acreditava que a estabilidade das instituições e a justiça doméstica seriam alcançadas através do espírito vigilante e vigoroso dos membros de uma comunidade. Segundo ele,

afinal, o mérito de um homem é inteiramente determinado por sua candura e generosidade em relação a seus associados, por seu zelo por objetivos nacionais e por seu vigor na manutenção dos direitos políticos – não pela simples moderação, que com frequência procede da indiferença ao interesse nacional e público e relaxa os nervos dos quais depende a força do caráter público e também do privado.²²

Nós acreditamos, como David Winch e Iain McDaniel,²³ que o pensamento político de Ferguson é devedor, acima de tudo, de Montesquieu,²⁴ e que, muito provavelmente, deve ter sido através

²² Ferguson, 2019, p. 278.

²³ Winch, 1978; McDaniel, 2013.

²⁴ É interessante notar que Ferguson parece ter visto Montesquieu como “um tipo de moralista estoico, associando seus escritos com aqueles de Shaftesbury, Francis Hutcheson e James Harris” (McDaniel, 2013, p. 12). Nos *Princípios*, Ferguson perfila Montesquieu ao lado desses moralistas para dizer